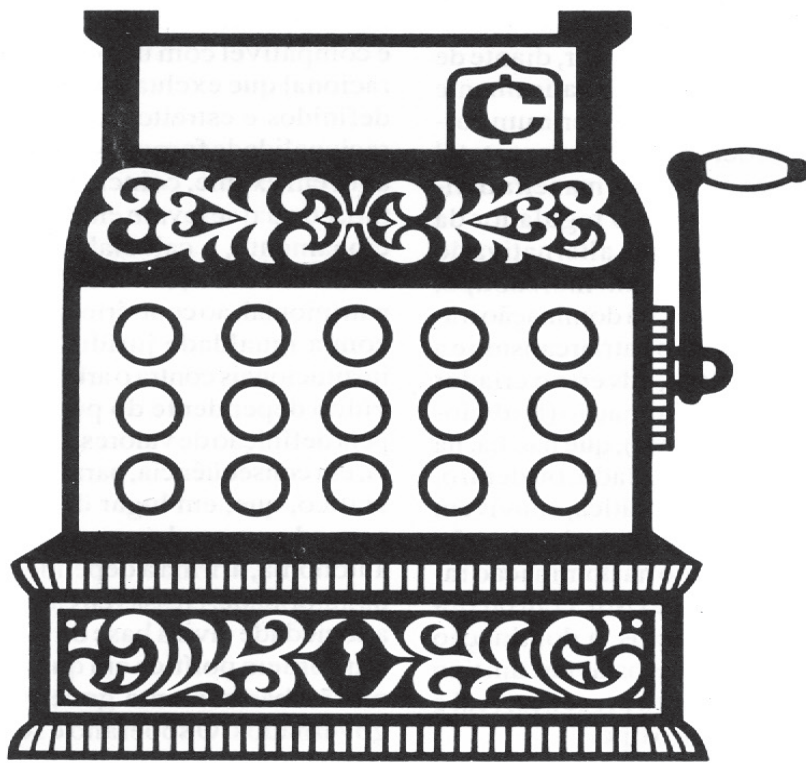
RAYMUNDO FAORO

A aventura liberal numa ordem patrimonialista

Houve um tempo em que, nos ensaios históricos, era necessário encontrar, no passado brasileiro, o feudalismo. No campeador riograndense e na casa grande do nordeste, haveria, embora diluído pelo tempo, um sopro feudal. O país, durante quatrocentos anos, havia vivido uma "contradição" entre senhores e escravos, plantados, ambos, sobre a exploração da terra, valor básico e valor maior entre os valores. Válida a explicação, os senhores feudais se converteram, com o tempo, em capitões do comércio e da indústria, gerando, à sua sombra, uma classe média, capaz de sustentar os valores políticos e econômicos do liberalismo europeu, desde os primeiros movimentos da emancipação nacional, com o liberalismo político, no fim do

Liberalismo/Neoliberalismo

RAYMUNDO FAORO é jurista, historiador e sociólogo. É autor, entre outros livros, de *Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio* (Editora Globo).

século XVIII, até, no último quartel do século XIX, com o triunfo ideológico do liberalismo econômico. A premissa maior dessa visão histórica estava no fato de que os "excedentes" da sociedade feudal eram apropriados pelos senhores feudais (e seus assemelhados), assim como, na sociedade moderna, os rios correm para o mar dos capitalistas. A conseqüência: na sociedade civil - a sociedade civil do conceito de Hegel - estava, em primeira e última instância, a base da ordem política e social.

Excluía-se, dessa forma, a idéia de que, em lugar de uma débil sociedade civil, tolhida e entorpecida pelo Estado, houvesse a presença motora de uma camada governante burocrática. Não seriam as classes que emergem nos tempos modernos o eixo da sociedade, mas um antagonismo limitado a governantes e governados, debilitados estes, como escreveu Max Weber, diante de "um grupo burocrático, burocraticamente estratificado", cuja tradução seria uma ordem política autocrática. O poder estatal seria, diretamente ou de uma maneira derivada, o dono das terras e o regulador da economia. Este tipo social, alternativa do feudalismo, é o patrimonialismo, subtipo, na sociologia weberiana, da dominação tradicional (nesta incluída o patriarcalismo e a gerontocracia). É claro, adverte o criador da ordem tríplice de dominação (tradicional, carismática e racional), que não há, na realidade, tipos puros: ao lado, ou dentro, de uma dominação carismática, convivem formas, traços ou aspectos da dominação tradicional, assim como na dominação racional-burocrática pode existir, com predomínio em muitos aspectos, a dominação tradicional. Ou, em outras palavras: um tipo pode desfigurar-se com a presença, real e não de fachada, de outro tipo.

A dominação tradicional, no subtipo patrimonialista, na época histórica do mundo moderno, não prescinde de um quadro administrativo, cujo recrutamenteo se dá dentro ou fora da casa do governante. O patrimonialismo, ao contrário do tipo racional-burocrático, no qual a igualdade jurídica e a defesa contra o arbítrio são as bases da racionalidade formal, o patrimonialismo - voltamos a observar - rege-se por uma racionalidade de tipo *material*. Enquanto na dominação racional prevalece a ação social orientada por meios e fins, no patrimonialismo a racionalidade obedece, em lugar de fins, a valores: valores éticos, valores religiosos e principalmente valores políticos. A economia, na dominação racional, na qual impera a igualdade jurídica e a defesa contra o arbítrio, que se traduz no comando por diretivas, se constitui em torno de uma estrutura autônoma - embora autonomia não seja a mesma coisa que independência - centrada no mercado livre. É claro que a distinção entre racionalidade formal e racionalidade material obedece a um esquema mais conceitual do que real. Também na ordem racional (racional-burocrática) a racionalidade material está presente, muitas vezes nas próprias regras que definem, limitam ou regulamentam o mercado.

A racionalidade material, regida por valores, exige a presença de um poder ou de uma instância superior, que reja, regulamente e ordene a sociedade e a economia. Em outras palavras: a definição dos valores não é compatível com uma ordem jurídica ou racional que exclua ou limite, em termos definidos e estreitos, o poder público. A racionalidade formal, segundo a tipologia aqui em exame, coincide com o capitalismo, no qual se levam em conta, no seu funcionamento, a calculabilidade e a previsibilidade das ações sociais. A dominação patrimonial, ao contrário, por incompatível com a igualdade jurídica e as garantias institucionais contra o arbítrio, torna o indivíduo dependente do poder que lhe dita, pela definição de valores, a conduta. Aponta, em conseqüência, para um sistema autocrático, que, em lugar de se desenvolver segundo uma ordem em que a sociedade é autônoma, afirma a dependência ao poder da autoridade. Nessas circunstâncias, não é a sociedade civil a base da sociedade, mas uma ordem política em que os indivíduos ou são basicamente governantes ou são governados. O soberano e seu quadro administrativo controlam diretamente os recursos econômicos e militares do seu domínio - que é também seu patrimônio.

O patrimonialismo, em certas situações, permanece atuante debaixo de uma ordem nominalmente racional-burocrática. Trata-se de uma ordem racional-burocrática que encobre um tipo patrimonial. Em todos - ou quase todos - os casos de recepção do capitalismo, quer o comercial, quer o industrial, esse fenômeno torna-se visível. Em outros casos, quando o patrimonialismo se desenvolve num patrimonialismo de quadro administrativo, como nas monarquias ibéricas, o capitalismo adquire um caráter político, do qual

dificilmente se desvencilhará. Pode-se dizer - no caso da recepção do capitalismo de fora - que a ordem nominal racional-burocrática tem uma função pedagógica, instituindo, primeiro pela adoção de rótulos e medidas, um novo tipo, ao tempo que dissolve o quadro antigo. O exemplo clássico é a Índia. O Brasil tem as características de uma e de outra modalidade. Herdeiro do patrimonialismo português, recebeu, com a independência, o impacto do mundo inglês, já moderno, adotando a máscara capitalista e liberal, sem negar, ou, como se diria com mais propriedade, sem superar o patrimonialismo.

Não é fácil, quando se sai dos tipos ideais puros e se entra na história, com suas mesclas e impurezas, fixar o âmbito do patrimonialismo. Há patrimonialismo sempre que tradicional o tipo de dominação e, sempre que tradicional (fora da dualidade: o patriarcalismo e a gerontocracia), não feudal. A esse critério de conceito pela via negativa ou das exclusões, deve-se acrescentar o método complementar da qualificação teórica. Os tipos patrimonialistas impõem à sociedade uma orientação de cima e do alto, não admitindo que ela se determine de dentro para fora, de baixo para cima. A chamada sociedade civil obedece, dessa forma, ao comando do poder, sem que se determine pelos seus conflitos internos. Em termos modernos, pode-se dizer que o patrimonialismo gera a autocracia, especialmente a autocracia autoritária. O poder central, cercado pelo quadro administrativo, comanda a economia, as forças militares, o aparelhamento burocrático, que dele depende pelo recrutamento e pelas retribuições, condicionando ao seu comando os indivíduos, imantados pelo dever de lealdade ao soberano.

O patrimonialismo alcança, na extensão de seu império, um arco que vai desde o "despotismo oriental", com as sociedades hidráulicas descritas por Karl A. Wittfogel (*Despotismo Oriental*, 1966) totalmente alheias ao capitalismo e com ele talvez incompatíveis, até o Estado patrimonial oculto no capitalismo, criando o "capitalismo politicamente orientado", que controla, fomenta, estimula e faz da economia um apêndice do poder público. A sociedade, em tal situação, pode chegar a ser, como assinalamos, um pouco autônoma, mas nunca independente: não será ela que ditará ao poder público a política, mas será a política que lhe ditará a conduta. Seria grave erro ver o patrimonialismo em qualquer forma de intervenção do Estado da economia. Para que haja o patrimonialismo é necessário que os recursos econômicos e administrativos (em sentido amplo) *dependam* do poder soberano ou do poder público, que atua por meio de concessões, estímulos, subsídios e autorizações. A empresa é, dessa forma, uma iniciativa particular viável por meio da dádiva pública, obtida por meios legais ou ilícitos. A própria terra é uma concessão de aproveitamento, que, em geral, se consolida na propriedade plena, proporcionando, por esse meio e por outros, setores autônomos do poder público. Isto é: setores que, inicialmente públicos, se tornam autônomos, prolongando, todavia, a dependência por outros meios - os meios fiscais, os financeiros ou econômicos (com preços fixados fora do mercado, bem como com subsídios à lavoura - subsídios ou outros estímulos, na verdade, conversíveis em favores, que podem ser dados ou negados). O capitalismo, em circunstâncias tais, ou é uma máscara ou é uma aspiração, aspiração que se pretende realizar com a perseguição de uma sombra. Igualmente, o liberalismo, tanto o político quanto o econômico, sofre de ambigüidades crônicas e anemia congênita, como não podia deixar de ser. Mais tarde, voltar-se-á ao ponto.

O patrimonialismo não se mede apenas pela extensão. Tem a profundidade coincidente com a história brasileira, nesta incluída a sua origem ibérica. Ele vai desde a monarquia patrimonial, que encontra, na dinastia de Avis (século XIV), sua vocação marítima, até os planos financeiros das décadas de 80 e 90 deste século. Em todos os momentos, o poder público dispõe da riqueza, da propriedade e dos bens particulares, como se não pertencessem aos particulares, mas a eles estivessem revogavelmente confiados. Basta, para comprovar historicamente o perfil patrimonial do Estado ibero-brasileiro, destacar alguns momentos de nosso passado. Desde logo, assinale-se uma particularidade do tipo de dominação, de cujas manifestações se está à procura. A história, por não ter o país uma sociedade civil viva, estruturada e atuante, desenvolve-se em decorrência dos impulsos ditados pelo poder público. Em conseqüência, em lugar de projetar um desenvolvimento que se expande para o futuro, triturando o passado, superando-o em novas manifestações, a história é recorrente, repetitiva. Não temos um *processo* histori-

co, mas uma sucessão temporal, com retornos de formas e de tempos que não passam de um recondicionamento de outro tempo. Essa circunstância, se observada, retira a estranheza de, num salto às vezes secular, reencontrar-se o espectador com a reprise de um espetáculo já visto e que deveria estar arquivado nos anais dos cronistas.

Antes de continuar, cabe uma palavra acerca da interpretação da história brasileira sob a ótica do patrimonialismo. É certo que a palavra *patrimonial* - não o conceito de *patrimonialismo* - empregou-a, entre nós, pela primeira vez, referindo-a a Max Weber, Sérgio Buarque de Holanda, num livro de 1936 (*Raízes do Brasil*, 1973). A passagem é a seguinte, dentro de um contexto indiferente à dominação tradicional-patrimonial:

> "Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial' do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (N. 156: Max Weber, *op. cit.*, II, p. 795 e segs.) (...) Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida do Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos" (pp. 105-6).

A breve menção, embora valiosa pela referência a Weber, lido pela primeira vez entre nós, quanto ao livro *Economia e Sociedade* (*O Espírito do Capitalismo* já fora anteriormente citado, inclusive por Gilberto Freyre, que também citou a *História Econômica Geral* - v. *Casa Grande & Senzala*, 1946, pp. 322, 401 e 460), não revela, nem de longe, a introdução do conceito de *patrimonialismo*, como quer Antonio Candido - *Raízes do Brasil*, XVIII. Em discordância com Weber, Sérgio Buarque de Holanda destaca, na história brasileira, a presença da família patriarcal, o que acarretaria na sociedade "um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje" (p. 105). Parece que, para ele, o Estado, que é o reino de Creonte contra Antígona (cap. V), não chegou a se formar sequer na sua estrutura patrimonial. Para Weber, ao contrário, as relações patrimoniais desintegram o patriarcalismo puro. A organização *estatal-patrimonial*, embora reproduza, na ordem política, a forma do poder doméstico, particulariza-se com a presença de um *quadro administrativo*. Nesse momento - o momento do funcionário patrimonial - não se pode mais falar em patriarcalismo. Nesse ponto aparece a orelha de Creonte, expulsando Antígona. Na verdade, o cargo patrimonial carece da distinção entre a esfera privada e a oficial, mero delegado do poder público, sem que disponha de especialização profissional, como o funcionário burocrático. Os funcionários patrimoniais consideram o cargo como "um direito pessoal do funcionário e não, como acontece no Estado burocrático, uma conseqüência de interesses objetivos" (*Ec. e Soc.*, vol. IV, pp. 154, 157 e segs.). Estamos longe, em conseqüência do patriarcalismo, em que o senhor de tudo dispõe, porque tudo está sob seu poder.

Não há dúvida, portanto, que não o termo "patrimonial", mas a análise do Estado brasileiro sob o prisma do patrimonialismo, começa com *Os Donos do Poder* (quer na versão da 1ª ed. de 1958, quer nas versões que seguem a 2ª ed. de 1975). É o que assinala um autor insuspeito (José Guilherme Merquior, *As Idéias e as Formas*, 1981, p. 287). Não se trata, como equivocadamente se difundiu em alguns círculos acadêmicos, da recepção de Max Weber nas letras brasileiras. Demonstramos que Max Weber, com seus diversos livros, inclusive *Economia e Sociedade*, já era conhecido, embora se pudessem contar nos dedos de uma mão os que leram, forçosamente no original, o seu livro básico, por não ter sido traduzido sequer para o inglês - a monumental tradução espanhola é de 1944. O que importa não é a entrada de Max Weber nos estudos brasileiros, mas, com base em Max Weber, a construção de uma chave, nem sempre fiel ao mestre (como, por exemplo, acerca do patrimonialismo

estamental), que denunciaria a imprestabilidade de todas as demais, na interpretação da sociedade e, sobretudo, na política do Brasil. Mais, como assinalou Hermes Lima: a explicação do país exigia a compreensão do passado ibérico pré-descobrimento.

Uma palavra acerca da evolução do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. Em *Raízes do Brasil*, apesar de conhecer o instrumental sociológico de Max Weber, não o adotou, no que concerne ao patrimonialismo.

Utilizou, como se observou, com amparo meramente secundário de Weber, a caracterização do funcionário público brasileiro, na verdade pouco fiel ao texto de *Economia e Sociedade* quanto ao caráter da delegação do cargo. Em livro de 1972, que compõe a *História Geral da Civilização Brasileira* (tomo II, 5º volume, *O Brasil Monárquico*, 1972), o enfoque ainda não é patrimonialista, na análise do Segundo Reinado, ao estudar sua crise derradeira. O que mais se aproxima do patrimonialismo é a seguinte passagem:

> "É inegável a existência de uma ação paternalista do Estado a animar ou embargar, conforme o caso, qualquer iniciativa privada que visasse ao bem comum, e nunca se tornara ela tão evidente como na época da guerra" (p. 93).

Embora arredio ao conceito de Estado patrimonial, o autor parece aceitar, com reservas, o domínio, na sociedade brasileira, de um *estamento*, nome que substitui por *patronato*, sinônimo da *patronage* da Grã-Bretanha: "como se dizia no Brasil, o 'patronato', que maculava a democracia representativa permitindo aos governos grangear aderentes por meio de favores públicos" (p. 84 - também p. 327). Para o lugar de *estamento*, Sérgio nota que os militares, na crise do Império, supunham existir, nos "legistas" que ocupavam o poder, uma corporação homogênea, algo parecido com a "classe política" de Gaetano Mosca, paralela à classe militar. Em outro lugar, destaca que os eleitos e os eleitores pertenciam à camada dos "empregados públicos", na sua quase totalidade, que se aristocratizam, ainda mais, mesmo com as reformas liberais (p. 83). A aristocracia brasileira, assinalava José Bonifácio, o moço, em discurso a que o autor dá grande relevância, seria uma

> "aristocracia que pretende distinguir-se pela independência dos que estão sujeitos ao poder público pelos empregos e por favores pleiteados ou alcançados" (p. 217).

Este é, portanto, o limite weberiano de Sérgio Buarque de Holanda: o Estado continuou a ser um prolongamento do poder do *pater-familias* na política. Na sociedade patriarcal só pode, afastadas as máscaras adotadas de fora, por "bovarismo", haver um governo patriarcal, suavizado, embora, com o "paternalismo". Numa passagem de *Raízes do Brasil* esse ponto está bastante claro: "nossa monarquia tutelar, *compreensível onde dominava um sistema agrário patriarcal*" (p. 125). Contrário ao esquema de Weber, a história nacional exibiria um patriarcalismo dotado de quadro administrativo, embora esse quadro administrativo nada mais seja do que o prolongamento da casa familiar. O clã, chave da interpretação social do Brasil de Oliveira Vianna, perdura, malgrado eles próprios, nos painéis do Brasil de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O clã se comporia da parentela, dos clientes e protegidos dos patriarcas.

Quando apareceu, em 1958, em meio à indiferença, o livro *Os Donos do Poder*, ao pretender que o conceito de patrimonialismo fosse a chave da história brasileira, nesta incluídas as suas origens ibéricas, introduziu nos estudos sociais uma tese herética. O campo estava tomado por duas correntes: uma, que valorizava a tradição, embora com um sopro liberal que vinha de uma descontínua corrente de historiadores brasileiros, cujo padroeiro era Gilberto Freyre, e outra, de base marxista, que ainda vivia sob o pioneirismo de Caio Prado Júnior. Segundo a primeira, o colono, sem direção oficial, ou a ela infiel, havia feito o Brasil, num território onde o Estado estava ausente. Leia-se *Casa Grande & Senzala*:

> "Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição ... Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através

das grandes famílias proprietárias e autônomas: senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens; donos de terras e de escravos que dos senados de câmara falaram sempre grosso aos representantes d'El-Rei e pela voz liberal dos filhos padres ou doutores clamaram contra toda espécie de abusos da Metrópole e da própria Madre Igreja. Bem diversos dos *criollos* ricos e dos bacharéis letrados da América Espanhola - por longo tempo inermes à sombra dominadora das catedrais e dos palácios dos vice-reis, ou constituídos em "cabildos" que em geral só faziam servir de mangação dos reinóis todo-poderosos" (pp. 85 e 86).

"No Brasil, como nas colônias inglesas de tabaco, de algodão e de arroz da América do Norte, as grandes plantações foram obra não do Estado colonizador, sempre sumítico em Portugal, mas de corajosa iniciativa particular. (...) Foi a iniciativa particular que, concorrendo às sesmarias, dispôs-se a vir povoar e defender militarmente, como era exigência real, as muitas léguas de terra em bruto que o trabalho negro fecundaria" (p. 106).
"A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil, do mesmo modo que a inglesa da América do Norte e ao contrário da espanhola e da francesa nas duas Américas, caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. Domínio a que só a família faz sombra, através da atividade, às vezes hostil ao familismo, dos padres da Companhia de Jesus.
A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia rural mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar. Os senados de câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes" (pp. 107 e 108).

Casa Grande & Senzala, desde que apareceu, em 1933, consagrou duas teses que formariam um dos alicerces do pensamento conservador; conservadorismo recebido, na primeira hora, como renovador. Em primeiro lugar, a iniciativa privada, que fizera o Brasil, assumira caráter aristocrático, senhorial, dando, como elemento dominante, o tom à sociedade. Em segundo lugar, essa aristocracia - que poderia ser vista como uma classe - se miscigenera com o índio e o negro, criando um espaço de confraternização na sociedade. Este último aspecto foi confundido com o mito da "democracia racial", na verdade construído por Sílvio Romero (*Obra Filosófica - Doutrina Contra Doutrina: o Evolucionismo e o Positivismo no Brasil*, 1969, pp. 267 a 269).

Numa sociedade patriarcal - como concordará mais tarde Sérgio Buarque de Holanda - não há lugar para o desenvolvimento do patrimonialismo, reduzindo o mando político a um prolongamento da família. É o que se vê, explicitamente:

> "Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo e o nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia" (*Casa Grande & Senzala*, p. 113).

Para a concepção patriarcal, o liberalismo não passa de uma ficção. (Fale-se aqui de liberalismo político.) Com o liberalismo, em lugar do patriarca, governa uma ficção jurídica, que, no fundo, era mais um disfarce do que uma solução. D. Pedro II é a imagem desse desencontro entre a realidade e o verniz europeu:

> "Este, o seu drama - o drama ou a tragicomédia? - da Monarquia no Brasil do século XIX: um Brasil predisposto ao governo de um Arqui-Patriarca, cujo palácio fosse uma arqui-Casa Grande e cuja figura só surgisse aos olhos do povo a cavalo, as esporas de ouro tilintando como as de um Carlos Magno de histó-

ria de Trancoso" (Gilberto Freyre, *Perfil de Euclydes e outros Perfis*, 1944, p. 134).

A tradição era o patriarcalismo. Exemplo: o *Marechal de Ferro*, em contraste com *Pedro Banana*, de acordo com o Brasil como ele sempre foi, desde os capitães-mores até os caciques políticos. A tradição, nesse modo de entender a história, além de indesviável - aqui está, mais uma vez, a ênfase da iniciativa particular na formação brasileira -, se consolidaria no conservadorismo, impropriamente chamado de direita:

> "(...) tradição do homem brasileiro do povo - amiga dos governos de senhores poderosos, de caciques resistentes e astuciosos, de patriarcas duros e ao mesmo tempo paternais no exercício do mando. Tradição na qual talvez exista algum resíduo masoquista de nossa formação patriarcal (...)" (idem, p. 133).

> "D. Pedro como que evitou governar monárquica, patriarcal e brasileiramente o Brasil para dirigir segundo uma combinação toda sua de 'poder pessoal' com conceitos de ideologia liberal (...)
> A Dom Pedro faltou mais uma vez a noção da necessidade de ser brasileiramente tradicionalista contra os excessos burguesmente liberais da época" (idem, p. 136).

A nobreza rural conserva, segundo o sociólogo, até o fim do século XIX, quase intactos alguns dos seus privilégios, e principalmente o elemento decorativo de sua grandeza - ainda quando soa a hora de seu declínio (*Sobrados e Mucambos*, 1936, p. 36). Em seu lugar, consolida-se o artificialismo, com uma elite inautêntica:

> "(...) naquela nobreza de rústicos, um Imperador paternalista poderia ter aproveitado uma grande força brasileira com qualidades para desenvolver-se em elite. Elite de transição do patriarcado rural para a pequena família, em que a tradição e até a hereditariedade de família conservassem valores que somente ela, a elite rural e semi-rural prestigiada e amparada pelo Imperador, poderia ter conservado no interesse da democracia aristocrática para que o Brasil estava predisposto desde os começos" (*Perfil*, idem, p. 141).

Em lugar dessa nobreza rústica se constitui "uma aristocracia dos sobrados: mas uma nova aristocracia de sobrado, diversa da comercial. Aristocracia de toga e de beca" (*Sobrados...*, p. 305). O resultado: o *aparente liberalismo*, o *bovarismo jurídico* e o *europeísmo cenográfico* (*Perfil...*, p. 139).

Compreende-se que, patriarcal a ordem social e política, o liberalismo não passa de uma fachada. Não será a mesma coisa se patrimonial o tipo dominante: aqui, o liberalismo, embora não congruente com a base, penetra na economia, embora descontinuamente, embora desfigurado, mas capaz de atuar, mascarando a racionalidade material numa racionalidade institucionalmente formal.

Se o Brasil se formou sob o controle de *uma aristocracia rural e semifeudal*, o liberalismo, sobretudo o democrático, seria uma planta estranha. Na realidade, uma máscara que conserva privilégios:

> "De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das idéias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. (...) A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados em livros e discursos" (*Raízes do Brasil*, p. 119).

Com isso, fabricou-se "uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada" (idem, p. 121). Daí o "*bovarismo* nacional, grotesto e sensaborão" que o tempo não matou (idem, pp. 124 e 125). O liberalismo se difundiu de cima para baixo, não passando, quando na

independência se introduziu no Brasil, de devaneio de minorias exaltadas. O liberalismo - aludimos sempre ao liberalismo político - é uma fonte de instabilidade, só possível se contra ele se opõe a oligarquia:

> "(...) onde quer que o personalismo - ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo - conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que de outro modo não seria possível. Para os chilenos, os três decênios do regime inaugurado por Diego Portales, que arrancou o país do perigo da anarquia mediante um poder acentuadamente oligárquico, ainda passam por ser os mais ditosos de sua história" (idem, p. 138).

Impõe-se, nesta altura, a volta ao problema da congruência (ou incompatibilidade) do patriarcalismo com o capitalismo. No patriarcalismo, cuja forma política é, como assinalou Gilberto Freyre, o caciquismo e o mandonismo, ou a oligarquia tipo Diego Portales, não é possível limitar o poder, de forma definida. As restrições ao poder, quando projetado fora da casa, são de ordem tradicional, com a fluidez de uma tradição não preservável por um quadro administrativo. Pode-se falar, no caso, em sultanato - ainda guardada a terminologia de Max Weber. Já o liberalismo, que se expressa essencialmente no constitucionalismo, tem como caráter fundamental a limitação legal do poder, o que é a antítese do arbítrio. (Esta idéia, que está no centro das idéias de, por exemplo, Benjamin Constant, neste ponto direto herdeiro de Montesquieu, pode ser conferida em: Charles H. McIlwain, *Constitutionalism: Ancient and Modern,* 1947, p. 21.) O conceito de constitucionalismo postula que os agentes do governo não podem fazer tudo o que querem: eles têm poderes limitados pela lei, a qual obedece à lei suprema, que institui o Estado de direito. É verdade que nem todos os países que adotam um regime constitucional respeitam o constitucionalismo. Muitas vezes aquele é um documento meramente verbal, uma espécie de salvo-conduto do arbítrio. O constitucionalismo convive, entretanto, com uma moldura aristocrática, sem exigir, como constitucionalismo, que o povo seja fonte única do poder. Há também um liberalismo antidemocrático, principalmente o que se voltou, na Europa, contra Rousseau, este, na verdade, um espantalho para liberais como o mencionado Benjamin Constant (*Dictionary of the History of Ideas,* 1973, verb. *Liberalism*). Já no *patrimonialismo* - como se verá - a resistência ao poder é possível, e, em alguns casos, se afirmou, sobretudo no *patrimonialismo estamental* (uma combinação que não está em Weber), onde podem medrar corpos intermediários entre o governante e o governado, que, em certas circunstâncias, resistem ao poder, ainda que não por meios constitucionais.

Na outra vertente, que foi crismada de *esquerda* - título, por abrangente, tão multívoco quanto o conceito de *direita* -, avulta a obra de Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil* (1933). Sua significação foi assim avaliada por Carlos Guilherme Mota:

> "A preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico, colocava em xeque a visão mitológica que impregna a explicação histórica dominante. É o início da crítica da visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha: *com as interpretações de Caio Prado Júnior, as classes emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira* - enquanto categoria *analítica*" (*Ideologia da Cultura Brasileira,* 1977, p. 28).

Caio Prado Júnior repele, no início de sua interpretação do país, a tese feudal, malensaiada no episódio, sem seqüelas, das capitanias hereditárias. A colonização do Brasil se deve à burguesia comercial portuguesa, que conquistara a primazia, entre as classes, com as ascensão da Casa de Avis. Nada, por conseqüência, de patriarcalismo, mas uma ordem social e política burguesa, movida pelas classes. O primeiro século e meio de colonização teria definido uma dicotomia, que se mantém por séculos:

> "Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infra-estrutura econômica - a terra, única força produtiva, absorvida pela gran-

de exploração agrícola - deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários, a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida. Há naturalmente no seio da massa gradações (...) mas elas não são contudo bastante profundas para se caracterizarem em situações radicalmente distintas. Trabalhadores escravos ou pseudolivres; proprietários de pequenas glebas mais ou menos dependentes, ou simples rendeiros, todos em linhas gerais se equivalem. Vivem do seu salário, diretamente de suas produções ou do sustento que lhes concede o senhor; suas condições materiais de vida, sua classificação social é praticamente a mesma" (*Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, 1969, p. 28).

A independência encontra o país partido nas classes que se constituíram na colonização. A amplitude do movimento emancipador seria, dessa forma, limitado (idem, p. 47). Os proprietários rurais, ainda que forrados de Rousseau e de liberalismo, não representam, como na Europa, o *terceiro Estado* ("a burguesia comercial e industrial"), mas interesses contra este voltados.

O liberalismo - "e liberalismo era então sinônimo de democracia" (p. 78) -, por traduzir as aspirações populares, não consegue se impor, pela deficiência das classes que ele expressava. Depois da Maioridade "os poucos políticos que se por suas tendências se aproximavam das aspirações populares ou são segregados para o ostracismo, ou se englobam na reação dominante" (p. 78). O liberalismo - o liberalismo político, com marca democrática - depende, para se afirmar, de uma mudança na estrutura de classes, o que significa alguma coisa como uma revolução. Aqui, ao contrário do que se lê em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, existe, no vulcão inativo, uma promessa de irrupção, o que é impossível numa ordem patriarcal. Um governo livre pressupõe a separação da soberania do domínio, com a distinção do poder de um magistrado sobre uma pessoa de um governo dos pais sobre os filhos. Esta proposição antiabsolutista entrou na filosofia política, para não mais sair, desde o século XVII, com a polêmica de Locke contra Filmer (John Locke, *Two Treatises of Government*, 1986, pp. 29 e 118: o poder político, segundo o protoliberal Locke, se caracteriza, na sua essência, pelo distanciamento do governo de pais sobre filhos).

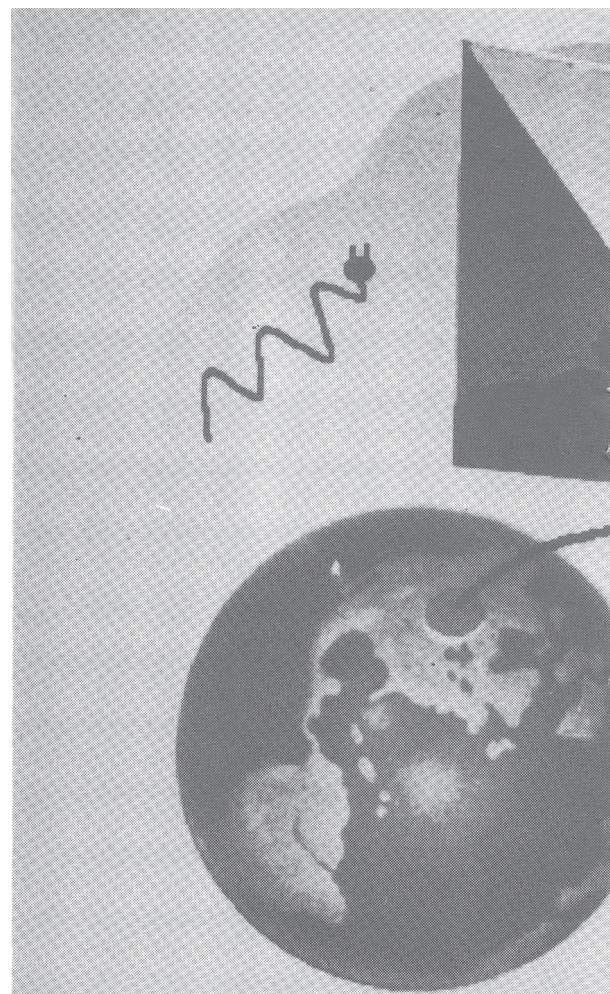
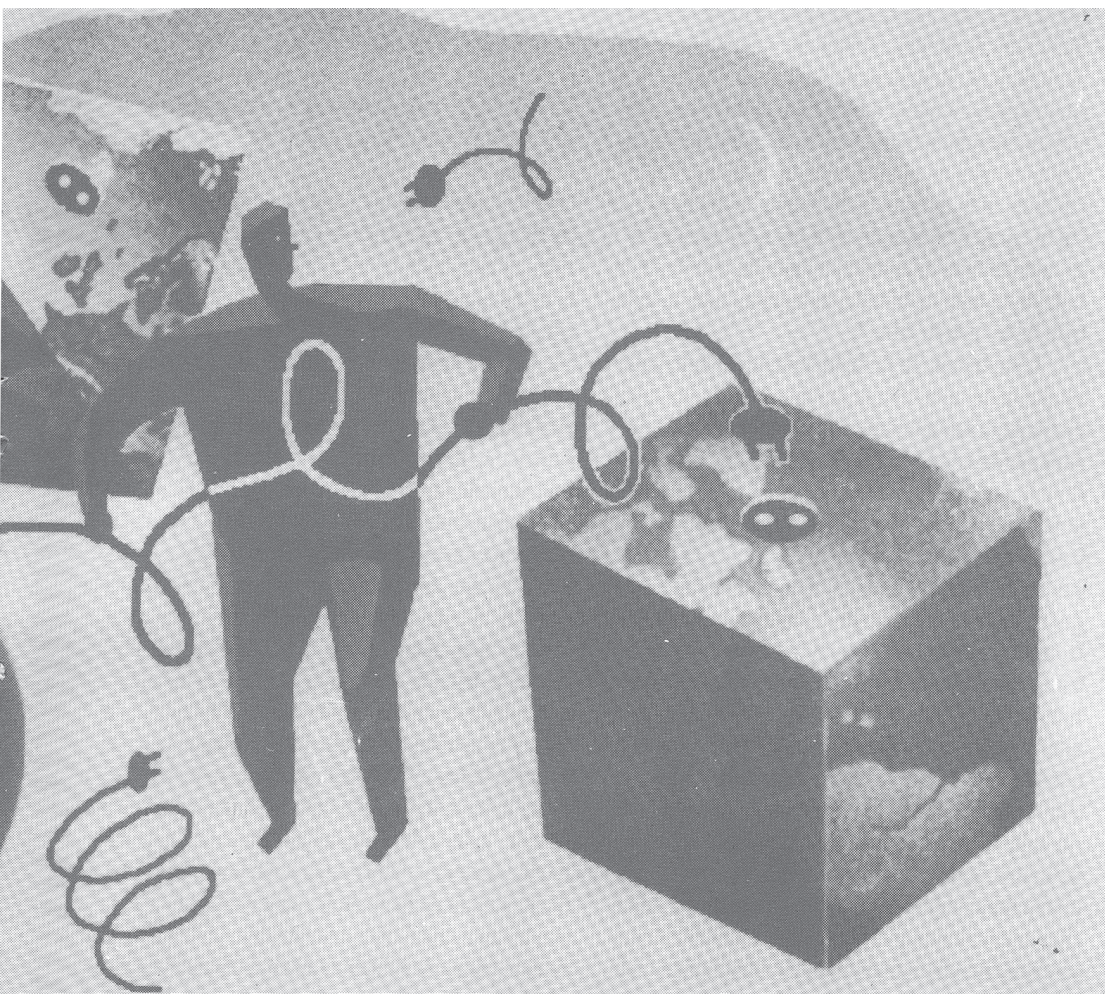
A partir de 1942, com a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1948), nota-se um desvio da tese da colonização burguesa, expandindo-se nas classes sociais. As classes, agora, já não ocupam o primeiro lugar: sobre elas paira, na exploração colonial, o rei e sua corte. O absolutismo terá aí a sua explicação:

> "Os usufrutuários do Império são o Rei e sua Corte que ele mesmo constitui, e com quem reparte os seus proveitos; não a *nação portuguesa*, que só indiretamente se beneficiava das possessões imensas da monarquia. Assim foi desde o início da expansão lusitana no ultramar. É aliás ao Rei que Portugal deve suas conquistas: as descobertas lusitanas resultam de uma obra empreendida exclusivamente, desde seus primeiros passos até a última providência, por iniciativa e atos dos soberanos ou de seus delegados imediatos. (...)
> (...) Sem entrar em mais pormenores, que estenderiam demasiado o assunto, podemos concluir relativamente ao conteúdo da política lusitana, em particular no que diz respeito ao Brasil. Ela é antes de tudo um "negócio" do Rei, e todos os assuntos que se referem à administração pública são vistos deste ângulo particular" (pp. 362 e 363).

Esta mudança de perspectiva passou despercebida. O antagonismo social, decorrente de uma empresa do rei, não será necessariamente uma luta de classes. A sombra do *despotismo oriental*, incompatível com o capitalismo e com o liberalismo, escurece a interpretação inicial de *Evolução Política do Brasil*.

A infidelidade à tese de *Evolução Política do Brasil*, já existente mas ainda pouco visível dez anos mais tarde, na *Formação do Brasil Contemporâneo*, quase chega ao escândalo em 1966. Desta vez, ao contrário do que aconteceu anteriormente, em que a opinião partidária não dissentiu, entrou agora em franco estado de alarme. Mostrava ele como, aferrando-se a velhas elaborações marxistas-leninistas, a esquerda se equivocara diante da realidade nacional. Mais uma vez, o feudalismo saiu da pauta das bases da formação nacional, como caiu por terra o entendimento de uma burguesia capaz de tomar, na economia, um caminho próprio. As contestações contra *A*

Revolução Brasileira (1966) assumiram o caráter, segundo Carlos Guilherme Mota (p. 218), de "diatribes" e se devem a Cesar Malta (*Revista da Civilização Brasileira*, nº 9/10, setembro de 1966) e a Paulo Cavalcanti (*Os Equívocos de Caio Prado Júnior*). Na parte que aqui interessa, Caio Prado Júnior destacou os antagonismos internos da burguesia, que tem, "senão impedido, pelo menos embaraçado a polarização das forças e tendências políticas brasileiras no plano das reformas e transformações econômicas, sociais e políticas que se trata de levar a efeito" (p. 191). Logo a seguir, toca no ponto mais sensível do dogma do capitalismo, no seu modelo clássico, que já estaria implantado entre nós, e num curso nacional:

> "Essa diferenciação no seio da burguesia se prende ao papel desempenhado pelo Estado, ou antes pelo Governo que o encarna, na economia nacional e, em particular, no processo de formação e acumulação privada de capital através do favorecimento pelo poder público de interesses particulares" (p. 191).
>
> "O que sobretudo conta e torna o enriquecimento privado à custa e em função do poder público em verdadeira categoria econômica e forma específica de acumulação capitalista de grande vulto é o fato de se ter constituído na base das atividades e funções estatais toda uma esfera especial de negócios privados proporcionados pelo poder público e sistematicamente promovidos pelos detentores desse poder em benefício próprio e dos indivíduos e grupos a que se ligam e associam" (p. 192).
>
> "Essa situação deriva, em última instância, de fatores históricos que dizem respeito à própria natureza da organização econômica e social brasileira no que tem de mais profundo; e se reflete numa estrutura política e estatal em que também se conservam acentuados traços herdados de remoto passado. Entre outros, para irmos procurar as mais antigas raízes dessa situação, a *tradição burocrática* de uma monarquia como a portuguesa, que, desde o século XV pelo menos, e por todo o período em que presidiu à colonização e formação brasileira, enfeixou em suas mãos as principais iniciativas e empreendimentos econômicos da nação" (p. 194).
>
> "Esse '*capitalismo burocrático*' (*chame-mo-lo assim de um nome já consagrado na literatura política da atualidade, e que se aplica, com toda propriedade, ao caso brasileiro*) (os grifos não são do original) tem um pápel político relevante. Sobretudo porque, dada sua própria natureza e as circunstâncias econômicas em que se apóia, o *capitalismo burocrático* exerce influência preponderante na condução dos negócios públicos" (p. 195).

A longa citação, necessária pelo relevo que assume na história das idéias sociais, demonstra um converso ao patrimonialismo. Falta, é claro, o nome, uma omissão atribuível ao desconhecimento das fontes, especialmente Max Weber. Weber, que a *Grande Enciclopédia Soviética* de 1951, traduzindo um juízo nunca depois modificado, chamou de "o reacionário sociólogo alemão", o "mais nocivo inimigo do marxismo" (*A Weber-Marx Dialogue*, 1985, p. 117), causa, por meio de Caio Prado Júnior,

estragos no remanso marxista-leninista. Não sei se a expressão *capitalismo burocrático* tem precedentes. Parece ser uma adaptação de "capitalismo político" ou de "capitalismo politicamente orientado" - o que é uma modalidade do patrimonialismo. Caio Prado Júnior, em parte, amadurece, como se apontou acima, uma fugitiva intuição anterior, identificável desde 1942, e, em parte, acatou a tese da dominação patrimonial, sem lhe indicar suas fontes.

A presença do patrimonialismo se prova pela história, uma história que começa em Portugal e ainda está em curso. Ele vive, atua, se dissimula e emerge debaixo de uma máscara capitalista. "Na monarquia portuguesa - escrevi em *Os Donos do Poder* - o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio. O reino tem um *dominus*, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua." A colonização, se riscarmos o efêmero episódio das capitanias hereditárias, obedeceu à dinâmica patrimonial. O rei concedia terras, de acordo com a velha lei das sesmarias, sem a propriedade plena, outorgando à empresa colonial a proteção do seu estímulo e fomento. Para não repetir o que já foi dito, dê-se um salto de três séculos, para, depois do tempo vencido, encontrar a mesma estrutura. No Segundo Reinado, o Tesouro paira sobre o abismo, vela e provê concessões com garantias de juros, eliminando da empresa industrial o risco, com proteções alfandegárias, emissões de papel-moeda e a decretação do curso forçado para esconjurar as crises, sem falar nas patentes e privilégios. O Estado é o pai da prosperidade, de mãos dadas com o dinheiro. Depois de 1850, com a extinção do tráfico negreiro, os capitais afluem à praça do Rio de Janeiro, criando uma real expansão da renda, ao lado da jogatina da especulação. No patrimonialismo, a especulação é a alma da empresa, que suga sua energia dos cofres estatais, inebriando-se ao conta-

to da política. Joaquim Nabuco, em *O Estadista do Império,* livro de saudade e de idealização do passado, lamenta: "Desde o princípio, o calor, a luz, a vida para as maiores empresas, tinha vindo do Tesouro. Em todo tempo, as grandes figuras financeiras, industriais tinham crescido à sombra da influência e proteção que lhes dispensava o governo; esse sistema só podia dar em resultado a corrupção e a gangrena da riqueza pública e particular".

Que dizer do período republicano, que se propõe a romper com as cadeias que entorpeciam a economia imperial, economia ainda recendente à Colônia? Que dizer de um regime político que, nos planos de seus próceres, quer libertar a economia, batizando-a com as águas do capitalismo econômico? O café, a principal riqueza do país, em alguns momentos quase o único item das exportações, vivia com o valor das valorizações, do câmbio controlado, do sistema fiscal que o protegia. A terra, que o simplismo reduziu a pólo de poder, nada será sem a exportação estimulada que lhe determinará o valor. Mais tarde e hoje ainda na agricultura: que é dela sem o crédito público que a estimule? Não se fale, por curto o espaço, das empresas industriais e financeiras que geram, com os favores que as cercam, o empresário, de cima para baixo. Tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco sobrará: não sobrará sequer a empresa multinacional, tão protegida como a diretamente estatal e a indiretamente favorecida. Deixe-se de lado o florescimento patrimonial de 1930 e 64, com o poder público servindo de estufa - em certo período uma estufa armada - para só focalizar a atenção no espaço em que se diz que saímos da autocracia. Esta é a história, desde 1979, dos chamados "planos" (onze até 1992), decretados de surpresa, sem nenhum respeito às garantias jurídicas de um Estado de direito. Com um sopro, a economia particular é apropriada pelo governo, que redistribui os valores entre categorias econômicas identificáveis. Esta é uma crônica, cíclica e repetitiva, que ainda não se concluiu. Este é o pré-capitalismo, o mercantilismo, o "capitalismo politicamente orientado", o único que conhecemos, fora das teorias e dos livros. A última novidade foi a importação do neoliberalismo por decreto, com uma nominal "modernização" da economia: um liberalismo que não se nutre da sociedade, mas da ideologia. Aqui há, como se verá, uma história antiga.

Mas o patrimonialismo se acomoda com uma particularidade, uma particularidade talvez ibérica, talvez ibero-americana. Fora da ordem feudal, os estamentos cresceram e se tornaram visíveis, sem a quebra - o que espantaria Max Weber - da ordem patrimonial. A consolidação de benefícios econômicos e de cargos tornou menos dependentes certos setores, que, ao tempo que recebiam delegações do poder público, procuravam influenciá-lo e dirigi-lo. Um bando do estamento, o bando conservador, derivava seu poder do Estado, traficando com valores móveis. O outro bando, o liberal, murava-se, quando podia, na fazenda agrícola, capaz de dar a sonhada independência ao seu titular. Há, subordinada ao estamento, não uma classe, mas uma *situação de classe* incapaz de se expandir. Todos os gatos se tornam pardos, apesar das distinções, com a ascensão do poder político. Fora do poder, o conservador namora a ideologia liberal. No poder, o liberal manifesta-se com a inabalável fé dos convertidos. "Não há nada mais parecido com uma saquarema do que um luzia no poder" - dizia Holanda Cavalcanti. Do ponto de vista do poder o liberalismo, uma ordem gerida pela sociedade e não pelo Estado, nada mais é do que a anarquia. Confira-se este juízo de Nabuco acerca dos três grandes liberais da Regência: "O que faz a grande reputação de homens dessa quadra, Feijó, Evaristo, Vasconcelos, não é o que eles fizeram pelo liberalismo, é a resistência que opuseram à anarquia. A glória de Feijó é ter firmado a supremacia do poder civil; a de Evaristo é ter salvado o princípio monárquico; a de Vasconcelos é ter reconstruído a autoridade". Este liberalismo nada tem a ver, senão no nome, com o liberalismo que cresce no fim do Império, o liberalismo de Tavares Bastos e Rui Barbosa - "que o governo seja só o governo (dizia o primeiro), (...) não transponha a meta natural, mas que não se substitua à sociedade". O fato relevante desse patrimonialismo é como pôde ele, apesar de tudo, conviver com o liberalismo, substancialmente adverso à autocracia reinante.

O liberalismo que assim nasce tem alguma coisa de liberal e tem pouco de democrático. Não cause estranheza esse divórcio que, até Tocqueville, foi um dos dogmas do credo liberal. O problema do liberalismo era compatibilizar-se com os estamentos, que assumem um papel semi-independente. Forma-se uma modalidade especial de

liberalismo, onde a base não estará no povo, no cidadão, mas nos corpos intermediários. Este o liberalismo de Montesquieu, com um eco que ainda vibra na obra de Tocqueville sobre o *Ancién Régime*. Um liberal do Segundo Reinado, por exemplo, não denunciará o *poder pessoal* do imperador, que faz e desfaz a representação parlamentar. Ele acusará, ao contrário, o poder pessoal de não ser um governo pessoal nacional, em benefício do povo, um povo sem representação e sem voz. O povo, nessa perspectiva, é um corpo inorgânico a ser protegido ou, se entregue a si mesmo, a ser temido. Ele é visto, como dizia Hermes Lima, como um vulcão adormecido, que é preciso dominar e temer. O discurso do liberal desse estilo, quando propõe uma reforma, tem em conta que, não feita, desencadeará iras reprimidas. Ainda não chegou a hora da limitação constitucional do poder, com o reconhecimento das liberdades públicas e direitos e garantias individuais. Por enquanto, para que o despotismo não impere, não são necessárias as liberdades de autonomia e de participação. Em sua falta, o mundo estamental regido pela conveniência, pela convenção, não pelo direito. O valor que garante a ordem política é a tolerância - não a liberdade. A tolerância, podendo proibir, permite; aceita, podendo recusar; admite, podendo reprimir. O mais tolerante dos homens seria o de maior poder: este o governo perfeito. É verdade que algumas vozes advertiam que a tolerante polidez, ao impor respeito a uma instituição caduca, poderia criar, em lugar do liberalismo, uma paródia do regime constitucional.

As deficiências do liberalismo político estão na base das fraquezas do liberalismo econômico. Embora, entre nós, um não tenha saído do outro, com mais desencontros do que encontros, na base da racionalidade do liberalismo econômico estão os elementos previsíveis e calculáveis do Estado de direito. Essa irracionalidade *formal* é o grande obstáculo de um e outro para vencer o patrimonialismo.

Tanto o liberalismo político como o liberalismo econômico entraram no país como uma ideologia. Ideologia está aqui no sentido de crenças e valores, utilizados politicamente para influir no comportamento popular, orientando-o em certa direção, seja com o propósito de obter consenso ou justificar o poder. No caso do liberalismo político, ele serviu para justificar o sistema de poder, aparentemente constitucional. Tanto um e outro, em conseqüência, embora filtrados dentro do país como ideologia - mais como idéia do que como realidade -, não foram imitações descomprometidas com a sociedade, meras macaqueações, numa tese da recepção das idéias de Eça de Queirós e Oliveira Vianna. Por esse motivo, o liberalismo econômico não se caracterizou, ao ocupar as atenções, com o mercado livre, removendo as peias da regulamentação material da economia. Seu caminho de entrada foi outro, sem que tivesse deixado algum sulco permanente o liberismo colhido em Adam Smith, ao tempo da Independência. Querer o liberalismo econômico era querer, como o prestigiavam os países-fontes, o progresso social e o desenvolvimento econômico. Pedia-se, em lugar da ordem tradicional constituída em torno de instituições caducas, como a Igreja, por exemplo, uma ordem legal impessoal, com igualdade perante a lei. Mas a remoção dos antigos meios de controle popular, numa sociedade social onde o liberalismo econômico não saiu das camadas superiores, poderia desencadear a temida anarquia - o acordar do vulcão adormecido. A introdução do novo sistema econômico deveria, nesse quadro, ser promovida do alto, com a direção do estamento. O estamento, porém, era, na sua feição tradicional, incapaz de orientar medidas que lhe comprometiam o domínio social e político.

O esquema - conservar melhorando - só foi possível porque, no terceiro quartel do século XIX, formou-se, ao lado do estamento político tradicional e a ele hostil, uma nova comunidade, constituída de militares, engenheiros e médicos. A "pedantocracia" dos bacharéis, comprometida com a fachada constitucional e econômica do Império, seria varrida em favor de bacharéis armados, zelosos da ordem, mas preocupados com o desenvolvimento do país. Esta foi a hora do positivismo. A economia capitalista, autenticamente liberal, seria implantada, orientada pelos positivistas, também eles deformando Augusto Comte para autojustificar seu projeto de poder.

O método de queimar etapas para chegar logo e depressa ao nível dos países adiantados não era novo na experiência histórica luso-brasileira. O precedente mais visível é a *modernização* (que não difere, na substância, de todas as modernizações, desde Pedro, o Grande) posta em prática por Pombal, no século XVIII. Um grupo dire-

tor, comprometido com a ordem, poria, acertando o passo, o país atrasado na fila dos países adiantados, sem ser perturbado pelo povo. Pouco antes dos cuidados dos positivistas brasileiros, a França de Napoleão III ensaiara um caminho semelhante. A ideologia não veio de Comte, mas de seu precursor, Saint-Simon, portanto com acento mais tecnocrático do que aquele, entregando a uma comunidade de poder (estamento, entre nós, banqueiros em França) a administração, fora da política, de um projeto econômico (Alexander Gerschkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective*, 1976, especialmente pp. 12, 23 e segs.). Liberalismo, como expressão capitalista, levado pela mão dos socialistas do tipo Saint-Simon, industrializava e equipava de ferrovias a França.

A ordem tradicional convivia com a modernização, numa pauta paralela à pauta capitalista. No fundo, o povo, com a sua soberania imaginária, não assiste ao espetáculo passivamente: inutilmente manifesta, em lances espasmódicos e irregulares, seu inconformismo. É que havia no país, submerso pela máscara do liberalismo, um nascente protesto contra uma estrutura imposta do alto pedindo a participação social e a liberdade. O retrato mais fiel dessa descoordenação entre o país sábio e o país que, apesar de sua ignorância, deveria ser reformado está numa sátira, *O Alienista*, de Machado de Assis. Um médico, o cientista protótipo, dedica-se, como missão imperativa, a consertar a sociedade, ferida pela loucura, que a população ignora sofrer. Ao cabo de poucos anos, instala no imenso hospício local três quartas partes dos habitantes da vila de Itaguaí. Os métodos são despóticos e inspiram uma revolução popular, enredada entre a soberania do povo e a intangibilidade pela política das questões científicas, só ao alcande dos doutores.

Mas o positivismo não seria a porta única, nem a predominante, da entrada do liberalismo econômico. Já em 1894, Sílvio Romero, num livro em que se despede do positivismo, com ele acertando as contas (in *Obra Filosófica*, 1969), destaca que o mundo pensante brasileiro já se havia distanciado dessa "malária espiritual" (o positivismo). Volta-se, cuidando dotar a República de uma ideologia democrática, a combater a "organização tumular", adversa à soberania popular e ditatorial. A doutrina capaz de realizar a democracia, numa evolução constante, cuja base é a *luta*, é o darwinismo social de Herbert Spencer. O liberalismo econômico substitui o providencialismo do positivismo, onde o Estado provê, inclusive na preservação dos fracos. A sociedade reproduz, em outra escala, a luta biológica, na qual só o mais forte sobrevive (Patrick Tort, *La Pensée Hierarchique et L'Évolution*, 1983, pp. 306 e segs.). A prática social do industrialismo é o cume da civilização. Para chegar lá é preciso eliminar o mais fraco, o menos apto, num mundo onde o egoísmo é a virtude condicionante de todas as demais. A economia seria entregue a si mesma, a si mesma entregue a sociedade, numa tempestade em que poucas naus chegariam ao porto. Este era o preço da democracia para os ideólogos da República. Naufragariam: o pobre que não acumulou bens, o doente, o incapaz, o deficiente, o que não teve acesso à educação, devorados no combate épico pela existência. Herbert Spencer, um dos principais padroeiros do capitalismo, tal como vendido ao país, levou ao extremo, racionalizando-o, um paradoxo que está na base da *mão invisível*. A concepção de um mundo em concórdia e hierarquizado, contidas as ambições ao limite da tradição familiar, cede espaço a outro modo de ver a sociedade. Os vícios particulares, emancipando-se da moral, são a matéria com que se faz a prosperidade pública, dentro da luta universal. Luta universal de todos contra todos, criando, não o caos, não a anarquia, como se pensava na sociedade tradicional, mas a própria ordem. Transita-se, com o capitalismo, segundo o padrão do liberalismo, da sociedade como um feixe de pessoas, com fragilidades e grandezas, para a sociedade que cria uma estrutura acima dos indivíduos e que os determina nas suas ações. *A Fábula das Abelhas* (*The Fables of Bees*, 1970; *La Fabula de las Abejas*, 1982) mostra que a avareza, o orgulho, a vaidade, a inveja, a velhacaria estão entre as rodas sobre as quais anda o mundo. "Querer - pensava Mandeville desde 1724 - gozar dos benefícios do mundo, ser famoso na guerra, viver na abastança, sem grandes vícios, é uma utopia no cérebro assentada." "Só os tolos se esforçam em mudar um favo de mel num honrado favo de mel." Não é só o inferno que está calçado de boas intenções: o paraíso se pavimenta de más ações e o caminho que a ele leva está forrado de vícios. Em 1776, Adam Smith, antigo professor de filosofia moral da Universidade de Glasgow, publicava o *Inquérito sobre a Natureza e as*

Causas da Riqueza das Nações e encontrava a chave da conversão da moral em economia: do vício particular numa virtude social, com a luta desenvolvida em torno do egoísmo:

> "Cada indivíduo esforça-se continuamente por encontrar o emprego mais vantajoso para qualquer que seja o capital que detém. Na verdade, aquilo que tem em vista é o seu próprio benefício e não o da sociedade. Mas o juízo da sua própria vantagem leva-o, naturalmente, ou melhor, necessariamente, a preferir o emprego mais vantajoso para a sociedade" (p. 755, vol I) (...)
> "Na realidade, ele não pretende, normalmente, promover o bem público, nem sabe a que ponto o está fazendo. Ao preferir apoiar a indústria interna em vez da externa, só está pensando na sua própria segurança; e, ao dirigir essa indústria de modo que a sua produção adquira o máximo valor, só está pensando no seu próprio ganho e, neste como em muitos outros casos, está sendo guiado por uma *mão invisível* a atingir um fim que não fazia parte de suas intenções. Ao tentar satisfazer o seu próprio interesse promove, freqüentemente, de uma maneira mais eficaz, o interesse da sociedade, do que quando realmente o pretende fazer" (p. 758).

Entre Mandeville e Adam Smith há um paradoxo. Já entre Adam Smith e o Brasil do século XIX há uma incongruência. A *mão invisível* é uma idéia inassimilável a uma sociedade que ainda não encontrou o capitalismo industrial. A *racionalidade formal* que ela requer, como pressuposto para viver, mal se assenta sobre a *racionalidade material*, esta ainda a exalar a nostalgia moralista das virtudes. Nada mais natural que o transplante, visto *ad absurdum*, converta a mão invisível, mecanismo econômico, em realidade metafísica, que paira sobre o universo: o *humanitismo* do filósofo Quincas Borba, que, bem pesadas as coisas, vale como o liberalismo econômico à fantasia:

> "Queres uma prova da superioridade de meu sistema? - pergunta Quincas Borba, com a voz de Mandeville e de Spencer - Contempla a inveja. Não há moralista grego ou turco, cristão ou muçulmano, que não troveje contra o sentimento da inveja. O acordo é universal, desde os campos da Iduméia até o alto da Tijuca. Ora bem: abre mão dos velhos preconceitos, esquece as retóricas rafadas, e estuda a inveja, esse sentimento tão subtil e tão nobre. (...) O mesmo direi do indivíduo que estripa o outro: é uma manifestação da força de Humanitas. (...) Se entendeste bem, facilmente compreenderás que a inveja não é senão uma admiração que luta, e sendo a luta grande função do gênero humano, todos os sentimentos bélicos são os mais adequados à sua felicidade. Daí vem que a inveja é uma virtude."

Os vícios de *A Fábula das Abelhas* encontram, sem que tenham desígnios sociais, a racionalidade na mão invisível. O caos, a anarquia, produtos irracionais de vícios irracionais, são, bem pesadas as conseqüências, um equívoco. O confronto dos interesses, em que domina a luta de cada um por si contra todos, converte-se num jogo racional, por obra do próprio choque, que gera a harmonia social do mercado. Entre nós, o liberalismo econômico não pôde, impedido pelo patrimonialismo, realizar a travessia entre a racionalidade material e a racionalidade formal. Entre uma e outra havia uma força condutora, que, disciplinando e ordenando a ação irracional do homem, não foi empurrada fora da cena por uma classe ou grupo socialmente hegemônico. Não se consumou, nas consciências, o trânsito de Mandeville e Adam Smith. O império dos vícios é o império do diabo, que se oculta no paradoxo de *A Fábula das Abelhas*. É o que revela a sátira, armada para denunciar esse momento de não-passagem, ou de falsa passagem. O diabo fez sua igreja (*A Igreja do Diabo*, sempre e ainda uma vez Machado de Assis), mas ao contrário do triunfo que encontrou nos países protestantes, ele mal consegue uma confraria de convertidos. Desgraçadamente, constata, depois de observar de perto os crentes, que eles continuam sacrificando, secretamente, aos antigos deuses. Este é também o nosso "liberalismo", sempre com o olho no antigo paraíso, onde chove maná. A vitória do diabo, com a transformação dos vícios, não em virtude, como queria Mandeville, mas em motores da sociedade, como ensina a mão invisível, depende da demolição da ordem tradicional-patrimonial, demolição só possível quando ela for lucrativa para os dinamitadores.